

Boletim Econômico

SINMETAL

Vol. 147 04/2009



Governo Central apresentou déficit primário de R\$ 926,2 milhões em fevereiro. Este é o primeiro resultado negativo desde que a série passou a ser calculada em 1997 e dá sinais de alerta ao desempenho fiscal do governo.

O RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário do orçamento do governo mede a diferença entre as receitas recebidas pelo governo (excluindo ganhos de aplicações financeiras) e as despesas totais, excluindo encargos com juros. Este é um importante índice que aponta o desempenho do governo frente aos seus custos operacionais, isto é, aponta como está a sustentabilidade da política fiscal. Um resultado primário superavitário ao longo do tempo gera a possibilidade de pagamento da dívida no longo prazo, uma que vez que todo o valor do superávit é direcionado ao pagamento dos juros da mesma. Por outro lado, quando se tem um déficit primário, há a necessidade de se tomar maiores recursos para pagar os gastos operacionais e não “sobram” recursos para o abatimento de juros.

O resultado deficitário em fevereiro mostra uma queda de receita do governo ao invés de um aumento de gastos, o que veio como reflexo da crise econômica que se instalou no país. Em janeiro, a arrecadação da receita bruta do governo foi de R\$ 50,9 bilhões e em fevereiro foi de R\$ 35,4 bilhões, uma redução da ordem de 30,5% ou R\$ 15 bilhões. Claro, no primeiro mês do ano há o recolhimento da cota única do IRPJ o que faz com que, sazonalmente, as receitas desse mês sejam sempre elevadas e, também, o recolhimento da COFINS, como reflexo das vendas do mês de dezembro, algo que não se repetiu em fevereiro.

Apesar de deficitário no mês, no ano, o governo central ainda mostra superávit, de R\$ 3,049 bilhões. Para fins de comparação, o resultado do primeiro bimestre de 2008 foi um superávit de R\$ 20,6 bilhões. Estes números tão discrepantes se deram em razão da redução das receitas governamentais,

da ordem de 3,6% nos dois primeiros meses do ano frente ao mesmo período de 2008 e também ao aumento de 19,6% nas despesas (as quais sofreram incremento ao longo do ano com reestruturação de planos de carreiras e maior volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais, etc).

Em janeiro, a arrecadação da receita bruta do governo foi de R\$ 50,9 bilhões e em fevereiro foi de R\$ 35,4 bilhões, uma redução da ordem de 30,5% ou R\$ 15 bilhões.

Assim, pode-se perceber que esse desempenho negativo mostra que o país não estava tão protegido da crise como se dizia, esta é a razão dos anúncios de corte de gastos governamentais divulgados nas últimas semanas. Há que ainda se levar em conta o rombo da Previdência Social que, com a queda no nível de emprego, tende a gerar menor receita e a manter seu nível de despesas estável.

O governo vem buscando alternativas para balancear os efeitos da crise e auxiliar e apoiar a economia brasileira, por meio de medidas que visem o crescimento industrial (um exemplo claro é a redução de IPI). Deve-se aplaudir a opção de reduzir impostos como forma de alavancar a economia visando ao aumento de receitas frente a uma possibilidade muito pior, que seria a de elevar a tarifa de impostos para equilibrar essa queda. É importante, no entanto, que este resultado negativo não se repita nos próximos meses gerando um problema fiscal para o governo, que acabará por se refletir na economia brasileira.*

* Dados retirados do relatório do Resultado Primário do Tesouro Nacional de fevereiro/2009.